
MATERNIDADE E CULPABILIDADE: MULHER-MÃE E TRABALHADORA, EIS A QUESTÃO!

Prof^ª. Dr^ª. Lígia Pereira dos Santos
Universidade Estadual da Paraíba- UEPB
ligia.ceduc@ig.com.br

No século XX e no início do presente século presenciamos mudanças no cotidiano das mulheres que suscitam um intenso debate acerca de suas conquistas no mundo contemporâneo.

Há uma construção de conceitos que afirma ser condição fundamental para emancipação feminina o acesso das mulheres ao mundo do trabalho. No entanto, ao trabalhar fora de casa às mulheres adquirem uma maior preocupação, com a dupla jornada de trabalho, posto que necessitam manter a casa limpa, cuidar dos filhos e filhas, do parceiro e como se não bastasse tem que se destacar no trabalho fora do lar para se manter em evidência. Com tal afirmativa, não negamos a importância do ingresso das mulheres no mercado de trabalho, porém estamos destacando a ausência de apoio familiar e, sobretudo do parceiro, quando do afastamento das mulheres do espaço doméstico, para exercerem qualquer profissão.

As mulheres em sua maioria possuem jornada de trabalho estafante. Devem ocupar o papel de mães, parceiras, donas de casa e profissionais. Aprendem cedo a administrar conflitos familiares em prol de atender as atribuições específicas do sexo. Apesar das grandes conquistas, ainda existe discriminação social, pois ao saírem de suas casas a sociedade acredita ser dela toda a responsabilidade com os conflitos de filhos e filhas e demais atividades do bem estar familiar.

A mulher trabalhadora assemelha-se a uma “mulher polvo” de modo que através de seus (tentáculos) inúmeros “*braços*” chega a vivenciar uma sobrecarga de atividades para atender aos estereótipos de gênero, tais como: “*mãe competente, esposa competente, profissional competente, dona de casa competente*”, recebendo a punição psicológica dos familiares, por ter “ousado” conquistar o espaço fora do ambiente doméstico.

Desta forma, o objetivo deste é discutir os aspectos das responsabilidades maternas de mulheres trabalhadoras na educação dos filhos e filhas, frente às atribuições delimitadas por professoras/es da educação infantil, com o intuito de refletir junto à comunidade em tela, sobre questões discriminatórias de gênero alicerçadas na história das práticas escolares e familiares.

É com essa visão de igualdade na diversidade que a escola tem que inovar, pois a sociedade passa por mudanças constantes e para acompanhá-la é necessária reflexão docente dos acontecimentos culturais-econômicos-educacionais e seus reflexos em todos os aspectos sociais.

Tal abordagem responde aos objetivos feministas do II Plano Nacional de Políticas¹ para as Mulheres no que diz respeito às propostas educacionais de gênero.

Para coletar e analisar os dados foi utilizada como técnica de pesquisa a abordagem de Grupo Focal, através da qual foram proporcionados encontros com a comunidade pesquisada em forma de debates caracterizados como *oficinas da maternidade e paternidade responsável e oficinas da docência equânime*. O levantamento teórico foi mediante uma bibliografia de paradigma feminista, que abordou o tema em voga.

Um rápido passeio no mundo do trabalho fabril feminino

No decorrer dos séculos a mulher foi recebendo novas ocupações, colaborando com fabricação de tecidos e objetos instrumentais de trocas utilitárias. Havia então, duas formas de produção: indústria doméstica e oficina cooperativa. Tanto numa como noutra função, afirmasse a presença da mulher, sendo a primeira especializada no linho e cânhamo, ao exercerem a atividade de fiar e cozer.

Com o advento da maquinaria, reduzindo o esforço brutal dos homens, abre “*uma porta*” às mulheres e às crianças para que fizessem parte do sinistro cenário do trabalho das fábricas. Surgiam assim as relações capitalistas, advindo à exploração da mão de obra feminina e infantil. A redução de salários e aumento das horas de trabalho para essa nova mão de obra, pois mulheres e crianças chegavam a trabalhar até dezessete horas por dia.

Apesar da participação das mulheres na Revolução Industrial, sua mão de obra continuava sendo explorada, mesmo em países desenvolvidos como é o caso dos Estados Unidos. No Brasil, se para os homens o Estado negava proteção para as mulheres restava apenas isolamento e desprezo.

Com a Revolução de 1930 surgia uma nova era para as trabalhadoras, e o trabalho feminino foi então estudado pelo Ministro Lindolfo Collor, que expediu o Decreto nº 24.417-A de 17 de maio de 1932, sendo a primeira lei a cuidar da situação da mulher trabalhadora.

As desigualdades vividas no cotidiano da sociedade, no que se refere às relações de gênero, não se definiram apenas a partir do econômico, mas, conjuntamente a partir das

relações culturais e sociais, formando daí as "representações sociais" sobre as funções da mulher e do homem dentro dos variados espaços de convivência, ou seja: na família, na escola, na igreja, na prática desportiva, nos movimentos sociais, enfim, na vida em sociedade.

Segundo Alarcão², (2001) em um de seus debates no Congresso Internacional de Educação, destacou a escola como uma organização, e como tal: "*Organização que continuamente se pensa a si própria, na sua missão social e na sua estrutura e se confronta com o desenrolar da sua actividade num processo heurístico, simultaneamente avaliativo e formativo*".

Nesse contexto se insere as questões de gênero que circundam intimamente os problemas que as escolas passam com relação às práticas educacionais no que diz respeito à educação dos filhos e filhas de mulheres trabalhadoras.

Diariamente na sala de professoras/es podem-se constatar docentes a culpabilizarem apenas as mães pelo processo de educação dos filhos e filhas, no entanto tais observações são infundadas, posto que não derivem de estudos teóricos, nem tampouco de pesquisas.

Não é aceitável que a escola desconsidere fatos que alterem sensivelmente o caminho da sociedade e com ela advir sua emancipação. Neste contexto Teodoro (2003, p.101:102) afirma que:

Admitindo que a escola tem algumas características de *lugar estrutural*, poderá então defender-se que constitui um espaço público de experimentação institucional, no qual se podem dotar as futuras (e actuais) gerações com novos modos de pensar a construção de um mundo mais justo. Um mundo, no simbolismo da expressão de Paulo Freire (1993, p. 46), mais redondo, menos arestoso, mais humano, e em que se prepare a materialização da grande Utopia: Unidade da Diversidade".

É diante desse contexto que a escola tem que ser repensada pois uma importante alteração tem ocorrido no campo trabalhístico da mulher brasileira e suas articulações com as questões de gênero merece especial atenção.

Mesmo sendo maioria na população do país, a mulher exerce diversas atividades sendo dentro ou fora do seu espaço privado. É partindo desses princípios da importância histórico - cultural para o desenvolvimento humano que nos deteremos na pesquisa a qual busca desmistificar atitudes discriminatórias no espaço escolar que referendam a dominação masculina (BOURDIEU, 2002). Importa destacar a negação de paternidade responsável, que gera a culpabilidade materna nas mulheres trabalhadoras-mães podendo influenciar diretamente na educação dos filhos e filhas.

Além de tal realidade, as professoras e professores utilizam atitudes sexistas na medida em que culpabilizam apenas às mães por quaisquer problemas educacionais ou de saúde que surjam com os pequenos infantes, além da utilização de uma linguagem excludente do gênero feminino, nas práticas escolares, como por exemplo: *reuniões de pais e mestres* e não como deveria ser: *reunião de mães, pais e mestras*, considerando a permanente ausência de pais nas referidas reuniões e presença mínima de professores, em função da feminização do magistério.

Ainda destacamos mais um agravante nessa relação perversa. Nos últimos cinquenta anos um dos fatos mais marcantes ocorridos na sociedade brasileira foi à inserção crescente das mulheres nos espaços públicos e trabalhístico. Este contínuo crescimento da participação feminina e as construções de culpabilização materna têm afetado o ato de conciliar o exercício das responsabilidades do espaço do trabalho com o desenvolvimento educacional de filhos e filhas na infância, tendo em vista, *as cobranças impostas apenas às mães polvo*. Além de sobrecarregadas com as múltiplas atividades, as mulheres-mães-trabalhadoras tem que suportar críticas estereotipadas do parceiro, da sogra, da madrinha, da madrasta, da própria mãe, sem esquecer, é claro da professora do filho ou filha.

Surge assim na contemporaneidade uma nova imagem da mulher, com uma participação mais ativa na vida social. A luta pela sobrevivência determinou contradições nas relações familiares, no que diz respeito ao trabalho, com divisão das tarefas cotidianas necessárias para a obtenção dos alimentos.

Para Santos (2005, p. 303)

A globalização da economia tem vindo a ter um impacto significativo e multifacetado no espaço-tempo doméstico e, também neste caso, a posição das mulheres neste espaço é ângulo privilegiado de análise. O impacto tem a ver com o crescente emprego da mulher no sector industrial, com a forte participação do trabalho feminino no sector desregulamentado ou informal da economia e, finalmente, com a intensificação do trabalho doméstico à medida que a dívida externa de muitos países do Sul provoca queda dos salários reais e do nível de vida da grande maioria da população.

A coragem de algumas mulheres abriu caminho para as gerações femininas da atualidade. Trabalhar fora de casa, direito ao voto, poder se divorciar, ter acesso à educação formal em todos os níveis, representa direitos conquistados, conquistas feministas que envolveram a coragem de mulheres que revolucionaram os costumes e lutaram pela igualdade, contra a violência e discriminação de gênero.

Esta pesquisa ora proposta viabiliza adentrar na questão de gênero e suas perspectivas acerca da culpabilidade materna e a responsabilidade que a escola *impõe* às mães excluindo a responsabilidade paterna.

A importância em se estudar essa temática ocorre pelo fato de que muito se fala sobre gênero em todos os aspectos, no entanto pouco se tenta compreender as influências nas construções educacionais de docentes frente aos modelos de maternidade e paternidade, construídos na nossa sociedade. Portanto, indagamos: como se constroem às relações pais, mães e mestras frente à educação dos filhos e filhas de mães trabalhadoras? No nosso modelo de sociedade de quem é a responsabilidade das atividades de cuidar da educação de infantes? Caso o modelo seja problematizado, quem será beneficiado/a socialmente? Quais as possibilidades de mudanças de atitudes de professores/as sobre o comportamento da mãe e do pai frente à educação de filhos e filhas?

Portanto, nos importou problematizar junto à comunidade de uma escola pública infantil, questões feministas de gênero nos aspectos educacionais debatendo sobre as atribuições da mulher-mãe trabalhadora versus atribuições paternas na educação de filhos e filhas.

De início mapeamos o quadro de mães trabalhadoras, que possuem filhos e filhas na educação infantil da escola *locus* da pesquisa.

O próximo passo foi descrever fatores e estereótipos de gênero que interferem no exercício das responsabilidades do exercício da maternidade de mães-trabalhadoras.

Na aplicação das atividades nas oficinas investigamos junto à comunidade pesquisada os papéis considerados paternos e maternos no acompanhamento educacional de filhos e filhas.

Durante os trabalhos nas oficinas de maternidade, paternidade e docência sobre as atribuições da mulher-mãe trabalhadora na educação de filhos e filhas versus responsabilidade paterna foi registrado quais os padrões culturais de culpabilização materna presentes nas relações de gênero na escola foco da pesquisa.

Para tal foi proporcionado à técnica do Grupo Focal com a temática *debates da maternidade e paternidade*, no turno conveniente ao grupo de mães- trabalhadoras, bem como com professoras/es, no turno oposto *as oficinas de docência equânime*, quando ocorreu uma mediação sobre assuntos que viabilizam a pesquisa ora proposta. Para termos mais precisão na análise dos dados os encontros foram registrados, contando com a contribuição de duas alunas pesquisadoras colaboradoras que participaram das observações.

A aplicação da técnica de Grupos Focais em Pesquisa Social é ratificada por Rodrigues (1988) como “uma forma rápida, fácil e prática de pôr-se em contato com a população que se deseja investigar”,

Utilizar a técnica de grupo focal requereu conhecimento de mediação no debate por parte do/a pesquisador /a social, pois dependeu dele a obtenção qualitativa dos dados. A reflexão através da fala dos/das participantes das oficinas possibilitou expressar conceitos, anseios e percepções sobre a temática. Gomes e Barbosa (1999) acrescentam que “o grupo focal é um grupo de discussão informal e de tamanho reduzido, com o propósito de obter informações de caráter qualitativo em profundidade”. Por sua vez, Krueger (1996) descreve-o como “pessoas reunidas em uma série de grupos que possuem determinadas características e que produzem dados qualitativos sobre uma discussão focalizadora”.

A delimitação do universo foi um subconjunto da amostragem dividido em dois grupos. O primeiro, um grupo de mulheres trabalhadoras, sendo que todas devem perfazer um perfil de serem mães com filhos e filhas em idade escolar. O segundo grupo formado por professores e professoras da referida escola infantil. A utilização desses critérios viabilizou situações diferentes para podemos compreender através de realidades distintas um olhar aprofundado das opiniões dos/as pesquisados/as.

Assim, através das oficinas tentamos elucidar e validar premissas e conceitos obtidos ao longo da revisão literária e das observações empíricas.

Nesta pesquisa quali-quantitativa, com observação participante através de Grupo Focal, aplicação de entrevistas semi-estruturadas e aplicação de questionários, foi inicialmente realizado uma pesquisa documental na escola para identificação das mães trabalhadoras seguido da observação de dinâmica das mães, dos pais e professoras no acompanhamento educacional dos/das filhos e filhas. Na sequência foi aplicado questionário com as mães-trabalhadoras e foram realizadas as oficinas com reuniões para aplicação do grupo focal quando fizemos as gravações das falas das mães-trabalhadoras, com aplicação de entrevistas semi-estruturadas com o quadro docente escolar. Por fim, realizamos as análises dos dados e das imagens fotográficas das reuniões de mães, pais e mestras seguidos da descrição dos resultados da pesquisa.

Nos (des)caminhos da pesquisa

A pesquisa realizada na escola pública para viabilização da pesquisa qualitativa teve início com uma conversa informal com as gestoras e professoras/es da referida escola, objetivando comunicar os objetivos de construir o grupo focal. Nesta ocasião identificamos através da pesquisa documental as mães-trabalhadoras que tinham filhos e filhas devidamente matriculados e freqüentando a escola e posterior aplicação de questionário com as mesmas.

Após definir a comunidade a ser pesquisada foi elaborada uma amostra por turno para formação dos grupos focais que forneceram os dados qualitativos. Após essa etapa aplicamos as entrevistas semi-estruturadas com o quadro de gestoras e professoras/es.

Nas entrevistas buscamos coletar dados que não seriam alcançados pelos questionários, como provavelmente foi a forma de conhecer as relações das mães-trabalhadoras entre si e entre as professoras e gestoras da escola. Com as entrevistas percebemos os modos de conhecimento informal sobre a culpabilidade frente à educação dos filhos e filhas e responsabilidade paterna, das mães-trabalhadoras e docentes.

Com os resultados obtidos mediante os encontros do grupo focal e as entrevistas, foi possível perceber a construção da culpabilidade exercida pela escola frente às mães - trabalhadoras com relação aos seus filhos e filhas, como também traçar propostas de equidade de gênero e paternidade responsável com o grupo de mães-trabalhadoras e professoras/es da referida instituição pública escolar, num claro processo de intervenção por uma educação não sexista.

¹ **PRINCÍPIOS** do II PNPM aprovados nas I e II Conferências Nacionais:

IGUALDADE E RESPEITO À DIVERSIDADE - mulheres e homens são iguais em seus direitos e sobre este princípio se apóiam as políticas de Estado que se propõem a superar as desigualdades de gênero. A promoção da igualdade requer o respeito e atenção à diversidade cultural, étnica, racial, inserção social, de situação econômica e regional, assim como aos diferentes momentos da vida. Demanda o combate às desigualdades de toda sorte, por meio de políticas de ação afirmativa e consideração das experiências das mulheres na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

EQÜIDADE - o acesso de todas as pessoas aos direitos universais deve ser garantido com ações de caráter universal, mas também por ações específicas e afirmativas voltadas aos grupos historicamente discriminados. Tratar desigualmente os desiguais, buscando-se a justiça social, requer pleno reconhecimento das necessidades próprias dos diferentes grupos de mulheres.

UNIVERSALIDADE DAS POLÍTICAS - as políticas devem ser cumpridas na sua integralidade e garantir o acesso aos direitos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais para todas as mulheres. O princípio da universalidade deve ser traduzido em políticas permanentes nas três esferas governamentais, caracterizadas pela indivisibilidade, integralidade e intersectorialidade dos direitos, e combinadas às políticas públicas de ações afirmativas, percebidas como transição necessária em busca da efetiva igualdade e equidade de gênero, raça e etnia.

² Isabel Alarcão, vice-diretora da Universidade de Aveiro, em Portugal, participa de três artigos. Em "A Escola Reflexiva" analisa este conceito e suas implicações como prática. "A escola tem a função de preparar os cidadãos, mas não pode ser pensada apenas como tempo de preparação para a vida. Ela é a própria vida, um local de vivência da cidadania".

Referências:

ALARCÃO, I. **Congresso Internacional de Educação**. Universidade de Aveiro, Portugal, São Paulo, 2007.

ALMEIDA, J. S. **Mulher e Educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Tradução D. Faksman. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BADINTER, E. **XY Sobre a identidade masculina**. Tradução Maria Inês Duque Estrada. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

_____. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Tradução Waltensir Dutra. 8ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**; tradução Maria Helena Kurer - 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOSI, E. **Cultura de massa e cultura popular: Leituras de operárias**. Petrópolis. Vozes, 2007.

BRASIL. Esplanada dos Ministérios. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: SPM/PR, 2008.

FERNÁNDEZ, A. **A mulher escondida na professora: uma leitura psicopedagógica do ser mulher, da corporeidade e da aprendizagem**. Tradução Neusa Kern Hichel. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1994.

FREIRE, P; NOGUEIRA, A. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. Petrópolis: Vozes, 1991.

FORNA, A. **Mãe de todos os mitos: como a sociedade modela e reprime as mães**. Tradução Ângela Lobo de Andrade. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

GOMES, E; BARBOSA E. **A técnica de Grupos Focais para a Obtenção de Dados Qualitativos**: Instituto de Pesquisa e Inovações Educacionais – Educativa, 3 de Agosto, 2000. <<http://www.educativa.org.br>> acesso em 10/01/2010.

HIRATA, H. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Editora Boitemp, 1ª ed. 2002.

PERROT, M. **Mulheres Públicas**. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PRIORI, M. D. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes - Mito e Realidade**. São Paulo: Livraria Quatro Artes Editora, 1969.

STUDART, H. **Mulher objeto de cama e mesa**. 17^a ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

TOURAINÉ, A. **O Mundo das Mulheres**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2007.

VENTURI, G. **A mulher brasileira nos espaços públicos e privados**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.